



A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE: DESFINANCIAMENTO ESTATAL E AUTOINTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Alisson Castro Batista¹

Paula Fernanda Rodrigues Brum²

Mauro Augusto Burkert Del Pino³

INTRODUÇÃO

A expansão da jornada escolar no Brasil, estruturada no Programa Escola em Tempo Integral (Peti) e instituída pela Lei nº 14.640/2023 (Brasil, 2023), insere-se em um alinhamento internacional de políticas educacionais. Esse alinhamento é identificado por Sahlberg (2016) como *Global Education Reform Movement* (Germ), o qual busca padronizar currículos e práticas de gestão sob a justificativa da eficiência e da *accountability*. Por conseguinte, tal movimento introduz a racionalidade da Nova Gestão Pública (NGP), caracterizada pela transposição de técnicas empresariais para o setor público, com ênfase na performatividade, na competição generalizada e na responsabilização individual de trabalhadores e estudantes (Ball, 2005).

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa sobre o Peti, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel), inserida no contexto das investigações do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (Gipep/UFPel). Cumpre destacar que as reflexões aqui expostas se encontram vinculadas ao projeto de pesquisa intitulado "A economia política da ausência na escola pública".

¹Mestre em Educação. Pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (Gipep/UFPel), Pelotas, RS. alissoncastrobatistaa@gmail.com.

²Doutoranda em Educação. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (Gipep/UFPel), Pelotas, RS. professorapaulafernanda@gmail.com.

³Doutor em Educação. Professor Titular da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (Gipep/UFPel). Pelotas, RS. mauro.pino1@gmail.com.



Metodologicamente, o estudo fundamentou-se no materialismo histórico-dialético (Marx, 1988) e adotou uma abordagem qualitativa (Silveira; Córdova, 2009). Para a consecução da investigação, foram realizadas análises de legislações, de documentos e de entrevistas (Bardin, 1977) concedidas pelo gestor de uma escola municipal de ensino fundamental de tempo integral, localizada na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento histórico da educação brasileira está diretamente relacionado com a realidade do capitalismo dependente a que estamos submetidos (Castro *et al.*, 2023). Diferentemente dos países centrais, nos quais o Estado de Bem-Estar Social consolidou bases materiais mínimas para o provimento de direitos sociais, na periferia do sistema, o financiamento público é permanentemente disputado e drenado. Essa dinâmica visa garantir a transferência de valor aos centros hegemônicos (Paiva; Gurgel; Souza Filho, 2023), por meio das diferentes formas de atuação da burguesia nacional.

Como consequência, as políticas educacionais são desenvolvidas por um Estado que se faz onipresente na regulação e na cobrança de metas de desempenho, mas que se mostra estruturalmente insuficiente no financiamento. Assim, condiciona os poucos recursos destinados a esse setor aos resultados nas avaliações externas em larga escala e a editais de custeio de projetos específicos. Para compensar essas ausências, o sistema recorre à intensificação e à autointensificação do trabalho docente (Garcia; Anadon, 2009), buscando transformar os profissionais da educação naquilo que Han (2015) define como "sujeitos de desempenho".

Uma das dimensões da economia política das ausências na escola pública é a precarização da infraestrutura física. Um exemplo desse cenário foi evidenciado no relato do diretor sobre as consequências de um recente temporal que atingiu sua escola: "Voou as minhas fluorescentes e o forrinho PVC vagabundo que a SMED botou lá na minha área de lazer". O adjetivo



“vagabundo”, utilizado pelo gestor, transcende a mera qualificação estética; ele denuncia a realidade do financiamento dos serviços públicos no capitalismo dependente brasileiro.

A fragilidade da infraestrutura escolar não é um acaso administrativo, mas a expressão concreta dos efeitos práticos da transferência de valor da periferia para o centro do capitalismo (Paiva; Gurgel; Souza Filho, 2023). Essa transferência ocorre, entre outras formas, por meio de um cenário nacional no qual o orçamento público federal, precarizado pelo atual teto de gastos (Martins, 2023), é direcionado prioritariamente para o pagamento de despesas vinculadas à dívida pública (Brasil, 2026).

Salvador (2024) aponta que, diante dos recentes ajustes fiscais, a educação brasileira passou de um estado de subfinanciamento para um estado de desfinanciamento. Nesse sentido, o "PVC vagabundo" não é apenas uma compra ruim, mas a materialização da incapacidade do Estado dependente de investir em capital constante de qualidade.

Para lidar com esse cenário, o sistema depende da autointensificação do trabalho docente (Garcia; Anadon, 2009). Não se trata apenas de uma imposição externa de tarefas, mas de um processo internalizado no qual o trabalhador, movido pelo compromisso ético e subjetivado por diferentes mecanismos de coerção, assume para si a responsabilidade de suprir as ausências do Estado.

A demanda totalizante imposta pela gestão do tempo integral manifestou-se na diluição das fronteiras entre a vida privada e o exercício profissional do gestor investigado. Essa entrega irrestrita foi evidenciada na descrição, feita pelo diretor da escola, de sua jornada exaustiva: "Eu chego aqui 20 pras 7 da manhã, e saio daqui às vezes 11 e tanto da noite". Trata-se de uma rotina que inclui a supressão de intervalos básicos, como o horário de almoço, em diversos dias da semana.

Garcia e Anadon (2009) alertam que a autointensificação leva ao esgotamento e ao possível adoecimento, quadro que pareceu se confirmar em outra fala dramática do gestor: "Por que o [nome do diretor] sobrevive apesar



dos aneurismas cerebrais? Porque eu tenho sempre muita esperança". Nota-se que a esperança é capturada pela lógica da autointensificação, e o gestor sacrifica sua integridade física para compensar a falta de recursos.

Não se trata apenas de coerção burocrática, mas da captura do compromisso ético do gestor com seu território. Ao ser questionado sobre a adesão ao programa, o diretor revelou: "Este sonho da escola de tempo integral é nosso há mais de uma década [...]". Essa fala evidencia uma das facetas mais perversas da economia política da ausência na escola pública: o Estado apropria-se de uma demanda legítima da classe trabalhadora para desenvolver políticas desprovidas das condições materiais necessárias e subjetivar os sujeitos na lógica precarizante do capital, preparando o terreno para as diferentes formas de privatização dos serviços públicos.

Consequentemente, o Estado se apropria dessa solidariedade de classe como uma força produtiva gratuita para que a escola funcione sobre os escombros da precarização, transferindo para a responsabilidade individual do servidor a garantia do provimento do direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da jornada escolar no Brasil, materializada pelo Programa Escola em Tempo Integral, não pode ser dissociada da lógica macroestrutural do capitalismo dependente. Nesse contexto, o estudo evidenciou que a política analisada atua como um braço do Germ no país, importando a racionalidade da Nova Gestão Pública para o cotidiano escolar.

Além disso, a pesquisa revelou que o sistema sustenta a sua funcionalidade por meio da autointensificação do trabalho. O gestor entrevistado personifica o "sujeito de desempenho", cuja subjetividade e cujo compromisso ético são capturados para suprir as ausências criadas pelo Estado. A somatização dessa superexploração evidencia que o custo da manutenção do direito à educação em territórios vulneráveis tem sido a própria integridade física e mental do trabalhador. Desse modo, constata-se que o Estado se



apropriada da solidariedade e da esperança dos sujeitos da escola para desenvolver políticas precarizadas, transferindo a responsabilidade do sucesso educacional para o sacrifício individual.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)**: dados do orçamento federal (LOA 2025). Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2026. Disponível em: <https://www.siop.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

CASTRO, Matheus; SOUZA, Alice de; MARINHA, Anne Caroline; BATISTA, Isabelle; CHRISPIM, Maria. Dependência educacional: uma análise da relação entre conservadorismo e educação no Brasil a partir da teoria marxista da dependência. **Anais do Seminário de Educação, Diversidade e Direitos Humanos**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-5, 2024.

GARCIA, Maria Manuela Alves; ANADON, Simone Barreto. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 63-85, jan./abr. 2009.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARTINS, Antonio. Onde Haddad errou. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 71-86, jan./jun. 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PAIVA, Beatriz Augusto de; GURGEL, Claudio; SOUZA FILHO, Rodrigo de. Dialética da dependência de Ruy Mauro Marini: 50 anos de uma tese



atual. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 3, p. e-6628325, 2023.

SAHLBERG, Pasi. The Global Educational Reform Movement and Its Impact on Schooling. *In*: MUNDY, Karen; GREEN, Andy; LINGARD, Bob; VERGER, Antoni (org.). **The handbook of global education policy**. Chichester: Wiley, 2016. p. 128-144.

SALVADOR, Evilasio. Financiamento da educação no contexto de ajuste fiscal no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, p. e286672, 2024.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.